

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.733 - DF (2019/0137619-0)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS
ADVOGADOS : VANESSA MARQUES DA CUNHA - DF033429
ANDRE LUIZ PELLIZZARO - DF030963
EDUARDO CARNEIRO VASQUES - SP209702
AGRAVADO : ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPO GRANDE
ADVOGADO : ROBERTO TARASHIGUE OSHIRO JÚNIOR - MS009251

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. PROPRIEDADE INDUSTRIAL. MARCA. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1.022, II, E 489, II, E § 1º, IV, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. ANÁLISE. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. CONCORRÊNCIA DESLEAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ANÁLISE. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. DIREITO AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Todas as matérias foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e sem erro material, inexistindo violação aos arts. 1.022, II, e 489, II e § 1º, IV, do CPC/2015. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando encontra motivação satisfatória para dirimir o litígio.

2. A conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no sentido de não estar configurado o cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado da lide, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é vedado nesta fase recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. O Tribunal de origem concluiu pela não caracterização da concorrência desleal, baseado nos elementos fáticos existentes nos autos. Rever estes fundamentos importaria necessariamente no reexame de provas, o que é vedado nesta fase recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator